



DESTAQUES

Diretora-Geral da OMS pede aos países que assinem Protocolo contra comércio ilícito de tabaco

A diretora-geral da OMS, Margaret Chan, pediu aos países que firmem o Protocolo para Eliminar o Comércio Ilegal de Produtos de Tabaco, que representa um instrumento para conter e eliminar essa sofisticada atividade criminosa. Chan fez o alerta no dia 28, dentro das comemorações do Dia Mundial sem Tabaco, comemorado no dia 31 de maio.

Até agora, apenas oito países ratificaram o documento. São necessárias 40 ratificações para que o protocolo entre em vigor e se torne uma lei internacional.

Ele determina a implementação de várias medidas relacionadas ao fornecimento dos produtos derivados do tabaco, que inclui a licença de importação, exportação e fabricação do material.

“Este Protocolo oferece ao mundo um instrumento jurídico único para combater e, em longo prazo, acabar com uma complexa atividade criminal...Aplicado plenamente, o Protocolo permitirá melhorar as contas públicas e aumentar os gastos com saúde”, afirmou Chan.

Para a Chefe do Secretariado da CQCT, Vera Costa e Silva, o Protocolo enfrenta resistência “aberta” e “oculta” da Indústria do Tabaco.

“Os fabricantes sabem que, uma vez em vigor, será muito mais difícil que os jovens e a população pobre fiquem dependentes do tabaco”, assegurou Costa e Silva.

O protocolo quer a criação de um sistema de rastreamento dos produtos e a imposição de sanções penais contra os responsáveis pelo comércio ilegal. Além disso, torna crime a produção ilegal e o contrabando do material através das fronteiras.

Segundo levantamento da OMS, o consumo de tabaco e de seus derivados pode causar a morte de 1 bilhão de pessoas no século 21, dez vezes mais do que os 100 milhões de óbitos registrados no século passado.

Fonte: Unmultimedia/Cronica – Edição: SE-Conicq

<http://www.cronica.com.mx/notas/2015/901210.html>

<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/05/oms-alerta-que-o-tabaco-pode-causar-1-bilhao-de-mortes-no-seculo-21/#.VWxyiCFVhBc>

Legislativo quer adesão do Brasil ao Protocolo de combate ao tabaco ilegal

Para celebrar o Dia Mundial Sem Tabaco foi realizada na Câmara dos Deputados, no dia 28 de maio, uma audiência pública sobre o Protocolo do Mercado Ilícito de Produtos de Tabaco, previsto no artigo 15 da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco da OMS.

O deputado Darcísio Perondi, vice-líder do (PMDB-RS), que presidiu a audiência pública, afirmou que vai mobilizar os deputados defensores da saúde e o líder do partido, Leonardo Picciani (PMDB-RJ), para pressionar o Governo a assinar o Protocolo e enviá-lo com urgência para aprovação no Parlamento.

O Brasil é um dos 180 países signatários da Convenção Quadro, e há informações de que o Protocolo está em análise no Ministério das Relações Exteriores. O comércio ilícito leva os jovens, sobretudo os mais pobres, a consumir cigarros contrabandeados, responsáveis também pela redução da arrecadação de impostos e pelo aumento da violência e do crime organizado.

Segundo Tânia Cavalcante, secretária-executiva CONICq, o mercado ilegal de cigarros e produtos de tabaco deve ser encarado como problema de saúde pública. A arrecadação oficial do Governo com cigarros chega a R\$ 6,3 bilhões. No entanto, a evasão fiscal provocada pelos produtos ilegais contrabandeados fica em torno de R\$ 4,4 bilhões.

A representante da Conicq também informou que a partir de 1998, quando teve início um novo modelo de preços e impostos para os cigarros (aumento de 60% do IPI), houve redução do consumo, mas não do contrabando.

Segundo pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2006 e 2013, a prevalência de fumantes no Brasil caiu de 18,2% para 14,7%. No entanto, o consumo de cigarros ilegais aumentou de 15,8% para 29,7%. Nas regiões de fronteira, como o Rio Grande do Sul, esses percentuais são ainda mais assustadores e aumentaram de 23,5% para 40,7%.

"Esse protocolo vai permitir que o Brasil trabalhe não sozinho, como vem trabalhando hoje, mas com todos os países fronteiriços porque é preciso essa cooperação para que a gente possa ser eficiente na redução do consumo ilegal em nosso País.", finalizou Cavalcante.

Fonte: Gabinete Darcísio Perondi – edição: SE-Conicq

<http://darcisioperondi.com.br/brasil-ainda-nao-ratificou-protocolo-de-combate-ao-mercado-ilicito-de-cigarro/>

VIGITEL 2014 confirma redução do número de tabagistas

Durante a Audiência Pública promovida pelo Deputado Darcísio Perondi, na Comissão de Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, foram divulgados os números do Vigitel 2014, pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde, confirmando que o tabagismo continua em declínio: de 2006 a 2014 o número de fumantes reduziu 30,7%. Esse resultado foi comemorado por deputados e especialistas durante o evento.

De acordo com o estudo, 10,8% dos brasileiros ainda são tabagistas. Esse patamar era de 15,6%, em 2006. O aumento do preço é um dos fatores que levaram ao recuo do tabagismo: 62% dos fumantes pensaram em parar de fumar diante do valor do produto no país. A política de preços mínimos também está diretamente ligada à redução da experimentação entre os jovens, já que cerca de 80% dos fumantes iniciam o hábito antes dos 18 anos.

O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) está em vias de protocolar projeto de lei que visa reduzir o atrativo das embalagens de cigarros:

"A carteira do cigarro é bonita, hoje ela tem aquela figura feia do lado, mas ela é bonita, ela é mostrada no bar, no supermercado, num layout bonito. (Será) uma carteira de cigarro genérica, o nome do cigarro vai ser bem pequeno em baixo e com alertas em todos os lados da carteira de que o fumo mata e enterra.", declarou Perondi.

Mesmo com a proibição da propaganda comercial, já adotada no Brasil, a exposição das embalagens de produtos derivados do tabaco viabiliza a promoção destes produtos, pois as embalagens são um canal de comunicação dos fabricantes com os consumidores, ainda que em potencial. O PL é subscrito também pelos deputados Ivan Valente (Psol/SP), Chico Alencar (Psol/RJ), Cesar Colnago (PSDB/ES) e Luiz Couto (PT/PB).

Especialistas também ressaltaram a importância em se aprovar o projeto do deputado Alessandro Molon que cria a contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a fabricação ou a importação de tabaco e seus derivados, para custear ações de tratamento aos doentes vítimas do tabagismo.

Fonte: Câmara – Edição: SE-Conicq

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/489160-DEPUTADOS-E-ESPECIALISTAS-COMEMORAM-QUEDA-NO-NUMERO-DE-FUMANTES.html>

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Amprotabaco convida municípios produtores a se unirem à entidade

Objetivo é evitar medidas restritivas contra o tabaco

A Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco) reuniu às vésperas do Dia Mundial sem Tabaco, no dia 25 de maio, em Brasília, prefeitos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para tratar de ações em defesa do setor. A entidade aproveitou a oportunidade para participar da Marcha dos Prefeitos, e convidar prefeitos de municípios produtores a integrarem a entidade para promover a cultura do tabaco.

Durante a reunião, o presidente da Amprotabaco e prefeito de São João do Triunfo (PR), Marcelo Distéfano, fez um balanço das ações desenvolvidas pela entidade, fundada em 2013 pelo prefeito de Santa Cruz do Sul (RS), Telmo Kirst, e que hoje conta com 57 municípios associados.

De acordo com o diretor da Amprotabaco, Edson Azeredo, a Marcha dos Prefeitos criou a oportunidade de convidar outros prefeitos a se associarem a entidade.

Os prefeitos dos municípios ligados à Amprotabaco estão finalizando as alterações no estatuto e regimento interno da entidade e, ainda, definir metas para o ano que ajudem a evitar novas medidas restritivas à produção de tabaco no País.

Em março, durante a Expoagro Afubra, a Associação dos Municípios Produtores de Tabaco foi questionada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Paraná durante debate a se posicionar sobre problemas enfrentados pela fumicultura, especificamente a classificação das folhas pelas tabageiras, e os preços abaixo das expectativas.

A Amprotabaco optou pela isenção, alegando que fumicultores e empresas já contam com suas esferas de representação.

Fonte: Portal do Tabaco – Edição: SE-Conicq
<http://portaldotabaco.com.br/?p=896>

COMÉRCIO ILÍCITO DO TABACO

Estudo confirma que tabaco ilegal movimenta 6 bi/ano

O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), através de seu Presidente, Luciano Barros, apresentou o estudo “O Custo do Contrabando”, durante reunião com dirigentes do Sindicato dos Técnicos Tributários do Rio Grande do Sul (Afocefe), técnicos tributários da Receita Estadual que desempenham papel de fiscalização no Estado, e representantes do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), em Santa Cruz do Sul, no dia 29 de maio.

Segundo o estudo, o mercado ilegal de cigarros movimenta cerca de R\$ 6 bilhões por ano e o Brasil deixa de arrecadar R\$ 4,5 bilhões em impostos, deixando de criar 35 mil postos formais de trabalho. Em detrimento do crescimento do contrabando de cigarros no RS, a estimativa de evasão fiscal tem crescido, apresentando uma evolução de 22% entre 2012 e 2014. Em 2014, o Rio Grande do Sul perdeu R\$ 115 milhões em evasão fiscal com o contrabando de cigarros.

Atualmente, o tabaco é produzido em 55% dos municípios da Região Sul do País. É em solo gaúcho que 52% da produção de tabaco é cultivada; Santa Catarina responde por 29%, seguido do Paraná, com 19%. Com mais de 750 mil toneladas produzidas na safra 2013/14, o país se destaca na segunda posição do ranking mundial de produção da folha, sendo responsável por mais de 10% das folhas produzidas em todo o mundo.

Barros apresentou resultados de pesquisa que analisou 18 marcas contrabandeadas do Paraguai que demonstraram concentração de agentes de contaminação como colônias de ácaros e fungos, bem como partes de insetos.

Segundo ele, no caso dos cigarros, a falta de controle na produção e comercialização de cigarros no Paraguai é a principal causa do desenvolvimento da indústria ilegal. No Paraguai a carga tributária representa menos de 13% do preço da venda; no Brasil, chega a 66%.

“A produção de cigarros no Paraguai supera as 60 bilhões de unidades ao ano. O número é muito superior ao consumo local, que é de 2,7 bilhões de unidades. O que não é consumido acaba entrando no Brasil e outros países de forma ilegal”, alerta Barros.

Um dos efeitos colaterais do contrabando, segundo o presidente do ISDEF, é a criminalidade. O escoamento acontece através de múltiplas rotas, cada vez em maior escala e de forma mais organizada.

“Os crimes estão ligados às fronteiras por meio de quadrilhas organizadas que dispõem de embarcações, carretas, carros, e que contribuem para o aumento de portos clandestinos. As quadrilhas se aproveitam do baixo índice de empregos formais, tendo como principal alvo jovens com baixa renda e escolaridade”, relata Barros.

O estudo do ISDEF apontou que 71% dos veículos apreendidos com cigarros contrabandeados são roubados. “O governo tem criado mecanismos de controle e apoio à fiscalização, como o preço mínimo e o aumento da pena de 2 para 5 anos de cadeia no caso de casos de contrabando, mas essas ainda são ações muito discretas diante do prejuízo econômico e social provocado aos contribuintes”, afirma Barros.

O presidente do Afocefe Sindicato, Carlos De Martini, participou do encontro e destacou a importância da fiscalização. Segundo De Martini, as discussões permitirão aos Técnicos Tributários um conhecimento mais amplo da cadeia produtiva e de distribuição do tabaco, com objetivo de combater o mercado ilegal de cigarros.

“Esta perda causada pela concorrência do produto contrabandeado com o produzido no Rio Grande do Sul reforça a importância da fiscalização ostensiva para aumentar a sensação de risco dos sonegadores. O cigarro contrabandeado não paga impostos, não gera empregos e não segue os padrões de qualidade do Ministério da Saúde”, apontou De Martini.

Fonte: SindiTabaco – Edição: SE-Conicq

<http://sinditabaco.com.br/mercado-ilegal-de-cigarros-movimenta-cerca-de-r-6-bilhoes-por-ano-no-brasil/>

Edital da OPAS aceita propostas de divulgação do Protocolo do tabaco ilegal

Até o dia 25 de junho, o Departamento de Enfermidades não Transmissíveis e Saúde Mental (NMH) da OPAS está recebendo propostas de sensibilização sobre o comércio ilícito de produtos de tabaco e aumento de impostos do tabaco.

O objetivo do edital é criar consciência sobre a importância do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco e favorecer o apoio ao aumento dos impostos sobre o tabaco.

O edital dará preferência aos projetos que ressaltem países chave da OPAS, como Bolívia, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Suriname; parcerias entre agências governamentais, sociedade civil e organizações não-governamentais (ONGs) e os escritórios nacionais da OPAS/OMS, e alianças entre vários países da região.

As propostas podem ser enviadas por uma instituição governamental, uma organização da sociedade civil não governamental, ou uma representação da OPAS em país da região das Américas, ou por parceria entre estas instituições. O resultado será anunciado no dia 5 de julho.

Fonte: PAHO – Edição: SE-Conicq

http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=11017&Itemid=40276&lang=es

MUNDO SEM TABACO

Paraguai aprova aumento de até 20% nos impostos sobre o tabaco

O Senado do Paraguai decidiu aumentar entre 13% a 20% o imposto sobre o consumo de tabaco, somadas à medidas sanitárias destinadas a proteger a população dos efeitos do cigarro.

Os senadores concordaram em alterar a versão da Câmara que sugeriu 15% como limite máximo do imposto, sem atenção para a saúde.

O projeto agora retorna aos deputados para analisarem as mudanças. Senadores como Blanca Ovelar e Esperanza Martinez, atuaram como defensores da saúde ao convencer outros deputados através de artigos e slides com os efeitos desastrosos do tabaco no corpo humano.

Fonte: La Nacion Paraguay – Edição: SE-Conicq

<http://www.lanacion.com.py/2015/05/29/camara-alta-aprobo-aumentar-impuesto-al-tabaco-al-20/>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente: Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br **Edição: Alexandre Octávio**

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.